Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 29 de abril de 2014

Ata N.º 6

No dia vinte e nove de abril de dois mil e catorze, pelas vinte horas e trinta e oito minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – 1. ª Revisão ao Orçamento 2014 e GOP 2014-2017;

PONTO DOIS – Alteração ao mapa de pessoal – 2014;

PONTO TRÊS – Contratos Interadministrativos entre a Câmara Municipal de Palmela e as Juntas de Freguesia de Quinta do Anjo, Pinhal Novo e União das Freguesias de Poceirão e Marateca, referentes à manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados;

PONTO QUATRO – Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Palmela e as Juntas de Freguesia do concelho referente à conservação e manutenção de mobiliário urbano;

PONTO CINCO – Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Palmela (RUEMP) – Alteração;

PONTO SEIS – Regulamento e Tabela de Taxas Municipais (RTTM) – Alteração;

PONTO SETE – Alteração aos Estatutos da ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal;

PONTO OITO – Adenda ao contrato-programa celebrado entre o Município e a empresa municipal Palmela Desporto

A Mesa foi constituída pela sua Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;

- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sr. José da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raúl Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luís Justino Coelho;

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos;

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;
- Sr. Pedro Alexandre Matos Barosa;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos;

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- O **Sr. Pedro Alexandre Matos Barosa do PS** justificou a ausência à sessão por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro** que iniciará a sua participação mais tarde e nessa ocasião assinará a respetiva ata de posse, que ficará apensa à presente.
- A **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE** justificou a ausência à sessão por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Recordava que se trata de uma sessão extraordinária e por essa razão não temos Período Antes da Ordem do Dia, não temos intervenção do público e vamos diretamente para a discussão das nossas propostas.

Nós temos um pedido, com base numa justificação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, para a retirada, isto é temos uma justificação que leva a que eu apresente o pedido de retirada da proposta número oito.

A razão, que o Sr. Presidente da Câmara poderá explicar melhor, e o que se passa em boa verdade é que é dispensável a deliberação da Assembleia. Do ponto de vista jurídico o que se entende é que esta Adenda que entretanto foi, por razões de cautela, submetida à Assembleia Municipal, e refiro-me ao contrato-programa entre o Município e a empresa municipal, não é necessário vir à Assembleia Municipal fruto da resposta que entretanto o Tribunal de Contas deu sobre o contrato-programa, visando-o.

A minha proposta é que retiremos o Ponto Oito e pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se precisam de alguma explicação mais detalhada do Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto, não sob a forma de discussão mas é apenas sobre a forma de justificação.

A proposta foi-nos enviada antes, naturalmente à cautela, e o visto do Tribunal de Contas foi depois.

Não havendo nada contra temos que votar a retirada. Vamos votar?

O **PONTO OITO é retirado** por decisão unânime desta Assembleia, com **vinte e sete votos a favor (dezassete da CDU, seis do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE)**."

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** deu início ao Período da Ordem do Dia.

A **Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU** iniciou participação nos trabalhos cerca das 20:45 horas.

A **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS** iniciou participação nos trabalhos cerca das 20:45 horas.

A **Sra. Ilda Fino do PS** iniciou participação nos trabalhos cerca das 20:45 horas.

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – 1. ª Revisão ao Orçamento 2014 e GOP 2014-2017

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos entrar na ordem de trabalhos e passar à apresentação da proposta número um.

Pedia ao Sr. Presidente da Câmara o favor de fazer uma apresentação da proposta que diz respeito à Revisão do Orçamento."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado. Boa noite Sra. Presidente, restantes membros da Mesa, cordiais cumprimentos também às Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros da Assembleia assim como os trabalhadores do Município e jornalistas presentes.

No que diz respeito à primeira proposta, para além do corpo da proposta, eu permitia-me aduzir mais alguns aspetos que penso que serão pertinentes para clarificar as opções que tomámos nesta Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2014-2017.

Ela tem como principal objetivo a inscrição no Orçamento do saldo de gerência de 2013, conforme é do conhecimento deste Órgão, saldou-se num valor de quatro milhões, quatrocentos e doze mil, cento e quarenta euros e dezasseis cêntimos, e efetuar diversos ajustamentos nos documentos em vigor por opção programática ou decorrentes da avaliação da execução orçamental do primeiro trimestre.

Na receita o único movimento consiste na incorporação deste saldo e gostaria aqui de recordar que este saldo, conforme já foi explicado por ocasião da prestação de contas, não corresponde a disponibilidades financeiras, naturalmente, porque uma parte muito significativa está consignada, reservada, não só às obras porque tem aqui um vírgula nove milhões do empréstimo bancário para a realização de um conjunto de obras plurianuais que estão em curso e que passaram de 2013 para 2014, também tem ainda a execução das garantias bancárias e tem cerca de um milhão vírgula quatro de encargos não transitados.

Dito isto, no capítulo da despesa os principais movimentos resultam, no essencial, da redução das despesas com pessoal em consequência da aplicação das reduções remuneratórias aprovadas pelo Orçamento de Estado, da diminuição de encargos com remunerações também decorrente da cessação de vínculos por motivo de aposentação e ainda de ajustamentos em diversas rubricas resultantes de mobilidades internas para a adequação dos recursos humanos à nova estrutura orgânica. Logo aqui há uma anulação de quatrocentos e vinte seis mil euros. Há também depois a dotação de rubricas que se encontravam a definir no Orçamento que aprovámos em 2013, do documento inicial, e estamos a definir que passam agora a estar dotadas dos respetivos valores. Para terem uma ideia há aqui um reforço de dois vírgula três milhões de euros. Há o reforço de diversas rubricas cuja dotação foi parcialmente consumida com encargos transitados do ano anterior, que já vos falei. Depois há também nesta Revisão a reposição das verbas utilizadas na primeira e segunda alterações ao Orçamento, é um reforço de trezentos mil euros.

No que diz respeito às Grandes Opções do Plano, que tinham uma dotação inicial de quinze vírgula oito milhões de euros, elas passam, após esta Revisão, a dispor de uma dotação de vinte vírgula três milhões de euros.

As principais modificações introduzidas nas GOP's são as seguintes:

Nas funções gerais:

- reforço da dotação da ação remodelação e beneficiação de diversos edifícios. A título de exemplo mais noventa sete mil euros para obras urgentes em edifícios e instalações municipais, nomeadamente nos armazéns gerais, também no edifício dos Paços do Concelho e outros;

- reforço das dotações de diversas ações do projeto de aquisição e reparação de máquinas e viaturas, bem como a inscrição de duas novas ações com execução no ano corrente e em anos futuros. De grosso modo são mais cento e cinquenta e quatro mil euros para manutenção da frota municipal que na sua maioria é composta por viaturas já envelhecidas e que têm estado sobre enorme stress devido à crescente mobilização de meios para a realização de obras por administração direta, bem como apoio logístico à atividade da Câmara e até no que diz respeito ao apoio a transportes do movimento associativo e não só. Prevê-se verba para aquisição de viaturas em anos futuros no regime de renting e em particular para a substituição de viaturas que efetuam transportes escolares. Essas viaturas têm também hoje um conjunto de obrigações e o tempo de vida útil tem qd ser devidamente respeitado;

- reforço e ajustamento de montantes das rubricas dos subsídios a atribuir às associações de Bombeiros Voluntários. Há aqui nesta Revisão o reforço de mais doze mil euros e afetação de parte da verba prevista para apoio a atividade para apoio a investimentos, apoio a equipamentos, viaturas e obras. A dotação final desta ação permite cumprir na íntegra o acordo estabelecido com as associações de Bombeiros no ano passado, que era voltarmos a ter uma verba na ordem dos noventa mil euros para as nossas associações de Bombeiros;

- ainda nas funções sociais há o reforço das dotações das rubricas afetas à conservação e funcionamento das escolas do 1º. Ciclo e Jardins de Infância que são cerca de sessenta e quatro mil euros para reparações e beneficiações urgentes em diversas escolas. Nós temos um parque escolar requalificado mas há escolas que necessitam de intervenções urgentes, apesar de tudo. Há inscrição de uma nova ação, ainda nas funções sociais, o projeto "Aprender a Nadar", que são seis mil e quinhentos euros para retomar um projeto emblemático do município que só foi interrompido devido a constrangimentos financeiros;

- há o reforço de diversas ações do projeto de recuperação do centro histórico de Palmela, com a execução no ano corrente e em anos futuros, sendo as mais significativas destinadas a intervenções no Castelo de Palmela e daria aqui a título de exemplo quinze mil euros em 2014 e vinte e sete mil euros em 2015. Esta prioridade de afetação de verbas trata-se da necessidade de intervir nos terraços da Praça de Armas, uma obra que não estava incluída na empreitada financiada pelo QREN mas que se confirma ser indispensável uma vez que os terraços tinham sido impermeabilizados nos anos noventa, já no século passado, e esta intervenção pode vir a estancar alguns problemas e evitar a degradação até de obras de recuperação que foram feitas recentemente;

- há também o reforço da dotação dos pagamentos a efetuar à SIMARSUL. Por um lado era uma das verbas que estava a definir, estava lá quinhentos mil euros a definir, e que passa a estar agora incorporada no Orçamento. Efetua-se um reforço de quinhentos e vinte mil euros não só para correção da estimativa inicial que previa uma redução da faturação mais significativa em resultado da adoção do sistema de medição de caudais. Os dois primeiros meses do ano não confirmaram esta redução, felizmente o mês de março já confirmou, mas estamos já a fazer contas porque não era assim uma redução tão grande quanto desejaríamos a não ser que não chova até final do ano. Estamos também aqui a prever verba para a eventual renegociação do contrato de pagamento da dívida em vigor, decisão que, obviamente, fica condicionada à execução da nossa Receita municipal;

- o reforço das dotações de diversas ações do projeto redes de distribuição de água. O que é isto? Temos aqui mais sessenta e dois mil e quinhentos euros para a realização de diversas intervenções urgentes. Há um prolongamento de uma conduta de abastecimento à ETAR de Águas de Moura, que até vai ter de ter a comparticipação da SIMARSUL; há desvios de condutas na EN 10 a fazer também, até por via de intervenções que a Estradas de Portugal está a fazer nos viadutos e que nos obriga a mexer nas nossas condutas; há também um reforço para questões relacionadas com abastecimento de água a Pinhal Novo, esta obra já programada para 2015. Há inscrição duma nova ação nomeadamente o Centro de Recolha e Valorização e Triagem de Resíduos, é uma verba pequenina, trata-se de realizar uma pequena intervenção num terreno municipal de modo a possibilitar a instalação desse centro de recolha. Trata-se de um

equipamento que vai ser dotado de um conjunto de contentores e de outro tipo de equipamento por parte da AMARSUL, paranós trata-se apenas de tratarmos o espaço;

- há um reforço também das dotações da ação hortas comunitárias. O projeto está a ter uma grande adesão, não queremos apenas disponibilizar um espaço, ele tem de ser vedado e infraestruturado com sistema de rega eficiente, com uma cabana para se arrumar as ferramentas, enfim queremos que estes espaços não sejam depois espaços com um aspeto degradado e para isto é necessário um investimento sério também neste projeto;

- reforço das dotações de diversas ações do projeto espaços verdes e paisagismo. O que é isto? Por um lado mais setenta nove mil euros que se destinam a intervenções de reabilitação de diversos espaços, aquisição ou reparação de maquinaria para podermos intervir nesses espaços, sistemas de rega, etc., mas também a necessidade de abertura de procedimento para contratação de serviços de manutenção. Existe um contrato mas ele termina no final deste ano e portanto no final do ano temos que ter já verba alocada para poder abrir um novo procedimento;

- a inscrição de uma nova ação, transferências para juntas de freguesia em manutenção de mobiliário urbano – acordos de execução, que vamos discutir hoje, são trinta e seis mil e seiscentos euros;

- a inscrição de uma nova ação com execução plurianual que é o Centro de Recolha Animal. Na prática trata-se de distribuir verba por 2014 e 2015 destinada à criação do canil e construção do gatil;

- a inscrição de uma nova ação, ainda, com execução plurianual que é o Centro de Recursos para a Juventude. É uma obra que terá começado esta semana, mas para além da obra do espaço cave ele necessita naturalmente de algum equipamento para funcionar e estamos aqui a fazer um reforço de cinco mil euros;

- um reforço das dotações de conservação e beneficiação de espaços de jogo e recreio de polidesportivos. Não obstante termos uma série de protocolos com as juntas de freguesia, para a manutenção, conservação e limpeza, as exigências hoje são muito grandes nestes espaços eles são muito vandalizados e há um conjunto de intervenções, de vedações, que são sistematicamente deterioradas, e até roubadas, entre outros equipamentos que têm preços muito elevados e que teremos que ser nós a fazer essas intervenções e não é com as escassas verbas que passamos para as juntas que isto é exequível. Portanto estamos a prever vinte mil e quinhentos euros em 2014 e quarenta e cinco mil e novecentos euros para 2015. São vários e eu não vou referir aqui todos os espaços de jogo e recreio mas são espaços em várias freguesias;

- o reforço da dotação na ação apoio ao associativismo de desporto, e o grosso da verba é naturalmente para pagar aos clubes a utilização dos equipamentos desportivos geridos pela Palmela Desporto mas há também aqui reforços para atribuição de alguns apoios financeiros sobretudo em obras que nos foram presentes por alguns clubes e agremiações desportivas.

<u>Nas funções económicas</u>:

- destaco na beneficiação da estrada que liga o caminho 1029 e a circular norte da Autoeuropa com um reforço de mais duzentos e setenta mil euros. A empreitada foi adjudicada por um valor abaixo da verba que cativámos no empréstimo para tal e isso permite-nos passar a uma segunda fase. Isto significa que ali nas imediações nomeadamente uma parte dos Cabeços Ruivos, e outras, virão a ser também repavimentadas e beneficiadas, e este reforço destina-se precisamente a utilizar esse dinheiro nesse local até porque ele não pode ser utilizado noutra obra;

- ainda nas transferências para as juntas de freguesia – conservação da rede viária – contratos inter-administrativos, mais duzentos mil euros e iremos falar daqui a pouco sobre esta proposta;

- conservação permanente da rede viária, mais cento e vinte e dois mil e quatrocentos euros. São necessidades de diversas intervenções urgentes, por empreitada ou por administração direta, pequenas repavimentações. Enfim, recordo que abrimos o ano com cem mil euros mas dos quais sessenta mil desapareceram com aquela intervenção que tivemos de fazer, sem estar à espera, na passagem superior sobre o caminho-de-ferro em Poceirão, que foi uma empreitada de cinquenta e sete mil e euros e mais qualquer coisa, por isso é necessário reforçar esta rubrica;

Nas outras funções:

- redução de diversas rubricas referentes a encargos transitados de anos anteriores, ainda há pouco falei-vos num milhão e quatrocentos, e na altura da Conta de Gerência falava num milhão e setecentos, é porque conseguimos nos primeiros meses do ano "limpar" ali algumas destas dívidas, desculpem o termo mas é mesmo este, e neste momento dá também para retirar daqui duzentos e trinta e três mil euros o que foi possível face aos pagamentos efetuados mesmo no terminar do ano, estava a dizer início do ano mas foi no terminar do ano é que ainda se conseguiu conferir e ainda foram pagamentos que ficaram em 2013.

Em suma o total do Orçamento após a 1ª. Revisão passa a ter quarenta e quatro milhões e oitenta e sete mil, cento e quarenta euros e dezasseis cêntimos e isto representa um acréscimo de onze vírgula doze por cento relativamente ao Orçamento inicial que era o atual.

Sra. Presidente, com esta explicação mais detalhada procurei antecipar algumas questões. Em todo o caso estou à disposição dos Srs. Membros da Assembleia para esclarecimentos tidos por convenientes.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros Assembleia, com esta explicação do Sr. Presidente sobra alguma questão? Tem a palavra o Partido Socialista, Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, Membros da Mesa, boa noite Sr. Presidente e Sras. e Srs. Vereadores, Membros da Assembleia, técnicos da Câmara, Srs. jornalistas e munícipes.

Queria começar esta pequena intervenção sobre este primeiro ponto realçando aqui um aspeto que nos parece importante. Primeiro, aquando da apresentação do Orçamento, nós dissemos que era um Orçamento mais realista mas era um Orçamento que apresentava uma deflação em relação àquilo que nos parecia ser, efetivamente, a realidade. Demostra-se que nós temos tido razão nos últimos anos, mas infelizmente em política às vezes não basta ter razão, mas temos tido razão, que os Orçamentos devem ser elaborados entre os quarenta e dois e quarenta e cinco milhões e, efetivamente, chegámos aqui já na 1ª Revisão aos quarenta e quatro milhões.

É claro que se pode dizer que foi inclusão do saldo de gerência de 2013, mas já se sabia que essa inclusão iria ser feita, e depois há aqui um conjunto de intenções para investimento, para fazer pequenas obras ou intervenções maiores, mas há aqui dois ou três aspetos que nos parece importante.

O reforço da dotação dos pagamentos a efetuar à SIMARSUL e vamos estar atentos porque o Sr. Presidente disse, aqui agora, que poderia ficar aqui uma margem para negociar, ou não, até final do ano. Acho que era bom que houvesse essa margem que todos nós aqui ficaríamos agradados se houvesse uma renegociação da dívida porque nos parece que, já dissemos aqui várias vezes, o pagamento, os prazos e tudo o que foi negociado em termos de pagamento da dívida não nos parece a forma mais correta. Depois há, felizmente, e iria fazer essa pergunta mas fiquei esclarecido, que em janeiro e fevereiro não se notou um abaixamento do valor mensal mas a partir de março a faturação começa a baixar. Esperamos que continue a baixar e dê então essa margem para se fazer essa renegociação dos encargos e da dívida porque é pesado para o Município e nós continuamos a afirmar que vamos chegar a 2018 e isto não vai ser aquilo que está previsto, e aqui gostaríamos muito de ficar enganados e estar enganados.

Depois dizer, também, que nas outras funções nas diversas rubricas dos encargos transitados de anos anteriores o Sr. Presidente acabou de dizer agora que foi como um "limpar" dívidas na ordem dos duzentos e trinta e três mil euros, mas há dívidas ainda para pagar a fornecedores. Há dívidas para pagar a fornecedores, e continuamos a bater na mesma tecla que batemos já noutras reuniões. Continuamos a ter pequenos e médios fornecedores que precisam de ver saldadas as suas dívidas em relação à autarquia. Parece-me que era importante, e já agora solicitava em nome da bancada do Partido Socialista, se possível, que nos fossem dados na próxima reunião, ou antes da próxima reunião, uma listagem das dívidas a

fornecedores da autarquia para que nós possamos fundamentar melhor aquilo que nos preocupa e aquilo que vamos ouvindo. Já temos algumas certezas dos documentos que tivemos na última reunião, quando foi a discussão do Orçamento, e agora gostaríamos de saber qual é a evolução, como é que as coisas estão e em que ponto é que estamos em relação aos pequenos e médios fornecedores, nomeadamente a estes, porque é algo que nos preocupa e preocupa a todos pela sua importância no tecido económico e social do concelho.

Por último dizer-lhe que todas estas intenções que o Sr. Presidente agora falou, e que nos tentou explicar mais ou menos minuciosamente, a verdade é que nós vamos ficar muito atentos para ver se esta Revisão Orçamental, que vamos votar favoravelmente, serve para executar tudo isto que está aqui, este caderno de intenções que aqui estão. Vamos estar muito atentos em relação a tudo isto que aqui está para saber se o nosso voto favorável não é um voto perdido, mas é um voto que resulta em obra para o benefício do concelho. Estaremos bastante atentos à concretização das intenções que aqui estão.

Diria para terminar que nós não teríamos feito assim, nós temos opções políticas e de gestão da autarquia diferentes, somos o principal partido da oposição. Reafirmamos isto à colação porque é importante reafirmar que o nosso projeto é um projeto diferente e que o votar favoravelmente esta 1ª Revisão só significa que estamos aqui com o sentido de responsabilidade e permitir que neste momento a autarquia e, nomeadamente, o Sr. Presidente e Vereadores, possam executar aquilo que são os encargos e terem aqui o apoio de todos para que o façam em nome da qualidade de vida dos munícipes e não mais que isso.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Pergunto se há mais algum pedido de intervenção sobre esta proposta? PSD/CDS por favor tem a palavra."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"No último Orçamento o nosso voto foi de abstenção. Dissemos na altura ao executivo, na pessoa do Sr. Presidente, a quem nos dirigimos, que gostávamos de ver algumas rubricas reforçadas e contávamos com isso com o valor da transição do saldo.

Efetivamente nalgumas das rubricas que referimos e foram reforçadas, nomeadamente a da divulgação do turismo embora não numa verba muito significativa, são mais oito mil euros, mas vamos dar aqui o benefício da dúvida, embora continuemos a achar que houve uma melhor divulgação a nível do turismo mas acho que temos ainda que fazer mais e melhor. Não sei se esta verba será a necessária, depende das ações que a Câmara for desenvolver mas também haverá, com certeza, Alterações ao Orçamento. Desafio aqui o Sr. Presidente e o Sr. Vereador do Turismo para que esse desenvolvimento venha a ser feito ao longo do ano e com uma maior divulgação, nomeadamente nas atividades do Castelo, da zona histórica, dos Sepulcros Neolíticos da Quinta do Anjo, que também podemos aqui relembrar porque é um assunto que não deve estar esquecido.

Relativamente às verbas para pavimentação, realmente este ano foi um ano de muita chuva há muitos problemas nos aceiros, há muitos problemas nas vias alcatroadas e eu chamo aqui a atenção, ou melhor em nome da bancada, a questão dos espaços verdes e dos jardins. Há urbanizações, umas protocoladas com as juntas e outras contratadas com empresas a quem a Câmara adjudica, outras que a Câmara fará diretamente. Os passeios das urbanizações, nem vou aqui nomear algumas porque eu já vi comentários quer do Pinhal Novo, sabemos que foi um ano muito chuvoso. Eu que já estive na junta sei que a aplicação do herbicida não se aplica com chuva mas agora que o tempo melhorou acho que é urgente, e premente, em muitos canteiros, muitos passeios fazer esse trabalho. Vejo aqui um reforço para essa verba, portanto apelamos a que esse trabalho seja feito com urgência.

Há aqui outras verbas, o Sr. Presidente falou em verbas para aquisição de peças e manutenção das viaturas. Vimos aqui também umas verbas previstas para 2015, 2016 e 2017, se bem me recordo, relativamente a renting's. Isto também é frota municipal, não é? O Sr. Presidente depois responderá, como é uma verba

também não muito grande se nos pudesse esclarecer, não quer dizer que seja uma certeza pode mudar de opinião entretanto ou fazer contratos diferentes porque isto só está previsto para 2015.

Relativamente à AMARSUL congratulamo-nos com essa posição do executivo, aliás tínhamos também feito esse reparo relativamente ao montante das dívidas, em campanha também, e relativamente às dívidas sobretudo a pequenos fornecedores. O Sr. Presidente já referiu aqui numa reunião que houve montantes que até já foram pagos, entretanto foi pedido a lista das dívidas pelo PS que é uma informação que pode ser dada a toda a Assembleia. Penso que aí, a ser dada será dada a toda a Assembleia.

Há aqui algumas pequenas verbas que me suscitaram algumas dúvidas, por exemplo no Plano Municipal da Mobilidade estão aqui previstos trinta e dois mil euros por cada ano. Só queria um pequeno esclarecimento quanto a este plano porque não era eleita no mandato anterior e temos aqui algumas dúvidas. Há aqui outras verbas, uma manutenção para o Cine-Teatro São João de vinte e quatro mil e duzentos euros, ah! esta verba foi anulada pelo que a dúvida já não persiste. No Centro Cultural do Poceirão também vejo aqui a anulação de uma verba e portanto a obra estará terminada e foi reduzido o valor da adjudicação, não é?

Em equipamentos culturais e o apoio ao movimento associativo, o que nós pedimos é uma certa equidade na distribuição e nos critérios, embora saibamos que existem regulamentos para as várias associações das diversas freguesias. Por vezes há uma certa assimetria nas diversas freguesias e é isso que pedimos para que o executivo tenha em conta e veja se consegue tratar o que é igual, igual e o que é diferente, diferente.

Relativamente à iluminação pública consideramos que está a ser feito trabalho e que há a mudança de lâmpadas. A informação que vem no último boletim municipal é que isso irá ser alargado às freguesias de Quinta do Anjo e União das Freguesias de Poceirão e Marateca, nomeadamente na substituição das lâmpadas uma vez que há zonas das freguesias e ruas que não têm a iluminação necessária. Eu posso dar-vos aqui um pequeno exemplo, a rua da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo que é uma rua que à noite se por lá passarem tem uma iluminação muito diminuta, mas isso estende-se a vários outros pontos e ruas do concelho.

É tudo, o nosso voto então desta vez está favorável dando aqui também o benefício da dúvida ao executivo para a concretização das ações e aplicação dos dinheiros propostos de acordo com os critérios de justiça e equidade nas diversas freguesia.

É tudo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais alguma intervenção? Não havendo pergunto ao Sr. Presidente se quer esclarecer alguma das questões colocadas."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão, primeiro referir que não se trata de deflação nem houve qualquer desorçamentação. Recordo, e não são argumentos são factos, que já partilhei com V.Ex.as., aquando da Prestação de Contas.

Nós tivemos cerca de um milhão e novecentos mil euros de obras do empréstimo. Espaço Cidadão, CM 1029, circular da Autoeuropa, Ciclovia, etc., que não tiveram desenvolvimento o ano passado ou tiveram desenvolvimentos muito incipientes em termos de execução orçamental, ou seja, não houve faturas para pagar porque quer o inverno quer outro tipo de atrasos, como foi no caso do Espaço Cidadão, não permitiram. Logo aqui temos quase dois milhões de euros, portanto nós não estimámos um Orçamento abaixo nós até gostaríamos de ter executado. Se nós já tivemos uma boa execução em 2013 e se tivéssemos executado tudo a cem por cento bateríamos o record, porque não é hábito haver uma execução física e orçamental tão elevadas na generalidade das autarquias do país.

De facto, e também não escondo, houve um conjunto da receita que nós não conseguíamos prever à data da elaboração do nosso Orçamento. Recordo-vos que foi no início de Novembro, embora tenha vindo a esta casa um pouco mais tarde, mas o trabalho do Orçamento começa um mês e meio a dois meses antes às

vezes, e só mais tarde é que podemos constatar o crescimento de algumas receitas e aquela que surpreendeu não foi o IMI, a contrário do que já foi dito nesta casa, foi o IMT e a própria Derrama que não é habitual recebermos no último mês do ano. Se soubéssemos disso mais cedo se calhar teríamos executado de outra forma uma ou outra despesa no que diz respeito a encargos não transitados.

Depois quando se fala em encargos não transitados e dívida, de uma vez por todas, já ficou em ata da última vez e eu peço que sublinhem na ata, não temos dívidas a fornecedores. Vamos utilizar a terminologia correta. Dívidas a fornecedores são aquelas que segundo a lei estão há mais de noventa dias depois da data de vencimento das faturas, etc., etc. Nós não temos dívidas a fornecedores, nós temos dívidas por saldar. Algumas eu já tive oportunidade de dizer na Prestação de Contas que não conseguimos pagar porque há problemas com as próprias empresas, insolvência, não apresentação de documentos, e há dívidas que não reconhecemos, algumas até estão a ser renegociadas. Ainda esta semana acabamos de fechar uma negociação que se saldou no abaixamento da dívida. Portanto há aspetos de natureza legal que não nos permitiram até pagar algumas dessas dívidas e não há pequenos fornecedores que estejam à espera de pagamentos da Câmara. A dívida do Município que baixou significativamente, e volto a dizer que pagámos no ano passado dois milhões e seiscentos mil euros, concentra-se nas dívidas à SIMARSUL, à AMARSUL e a outra dívida mais significativa a seguir é aos Transportes Sul do Tejo – TST e tem a ver com transportes escolares. Tudo isto anda à volta dos seis milhões e tal sete milhões de euros. O resto são coisas que estão a ser pagas a tempo e horas e, portanto, não fique esta ideia porque não há dívidas a fornecedores, cumprimos estritamente o que está na lei. Daremos essa listagem e os senhores obviamente, eu penso até que se houvesse dívidas nos termos da lei é obrigatório estar nos sites da internet dos municípios e estão. Depois há a explicação que eu já dei e que posso continuar a dar. se os senhores apresentarem a lista eu darei firma a firma a explicação para cada uma delas. No dia da discussão da Prestação de Contas tinha isso e mostrei-vos, tinha a verde e a vermelho a explicação das situações todas.

Quanto à renegociação da dívida, obviamente é essa a nossa posição até no que diz respeito à renegociação da dívida com a Troika, não é? As dívidas são para serem renegociadas desde que tenham condições mais vantajosas, porque de outra forma deixemos estar a dívida. Nós acreditamos que podemos contratualizar os pagamentos que temos com a SIMARSUL duma forma mais vantajosa, mas na altura aquelas condições de juros e os timings que foram dados aos municípios não permitiam sair dali. Neste momento estamos noutra condição para poder negociar, quer política quer financeiramente.

Ainda referir que, naturalmente, nós procuraremos honrar estas opções porque só se houver algum impedimento legal à realização de alguma destas obras porque todos estes investimentos são urgentes, são necessários, estas beneficiações que aqui vos citei é porque temos efetivamente necessidade. Nós queremos meter os concursos todos na rua, aliás, estamos numa fase em que nunca houve tantos e já começamos a ter dificuldade em ter técnicos para fiscalizar as obras todas, sejam elas pequenas e grandes, mas para isso também haverá solução. Mas vamos ver então a evolução de cada uma das ações ao longo dos anos e congratulo-me com a unanimidade que existe, não obstante haver opções diferentes, em torno da clareza deste documento e destas opções.

Queria aqui referir, só para alertar, que no passado, há muitos, muitos anos também, as nossas discussões centravam-se um bocadinho nalgumas revisões que visavam repor e reforçar rubricas para encargos, naturalmente, de funcionamento e outros. Neste momento quero chamar a vossa atenção para o facto do fulcro desta Revisão assentar nas Grandes Opções do Plano, que também tem encargos de funcionamento porque naturalmente beneficiar um equipamento que é utilizado se temos que fazer obras também é um encargo de funcionamento, mas o quero dizer é que estamos neste momento a fazer opções nas Grandes Opções do Plano e que passa de quinze vírgula oito milhões para vinte vírgula três milhões, e isto deve merecer a nossa reflexão.

Depois há alguns aspetos de pormenor. Cada uma das questões suscitadas pela Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto mereceria certamente algumas explicações para não haver mal entendidos mas é que, a questão da divulgação do Turismo. Isso dito assim genericamente, eu julgo que temos de congratularmo-nos com o facto de termos melhores resultados sem ter que fazer investimentos que o Orçamento municipal não comporta. É que, de facto, os resultados e os indicadores são melhores e estamos a conseguir fazer com menos meios, enfim,

com alguma ponderação e com alguma moderação. Por outro lado esta questão da divulgação, nós hoje utilizamos outras redes, nomeadamente, aceitando também a nossa estratégia na divulgação do Turismo de Lisboa e com outras parcerias que nos permite potenciar, porque se nós investimos nestas instituições, se investimos nestas associações elas depois também têm de dar o retorno ao Município. Penso que estamos no bom caminho e nalgumas ações elas também vão ser concretizáveis sem orçamentos de grandes artistas e de tournées.

Quanto à frota municipal, é isso mesmo nós temos previsto o renting. Clarificar que estamos a falar de viaturas de trabalho e de viaturas de transporte coletivo, sobretudo para transportes escolares, e isto também revela a nossa opção. As viaturas têm um determinado prazo, há um conjunto de exigências legais e neste momento é uma estimativa. É evidente que podemos ter uma emergência como temos todos os dias, nós saímos com cinco carros para fazer a recolha de lixo e às vezes ao fim de duas horas estamos com dois ou com três, porque houve qualquer coisa durante o caminho. Mas isto às vezes não tem que ver só com aquisição de frota, mas também nessa matéria nós dotaremos o Orçamento quando soubermos outras coisas nomeadamente algumas das candidaturas que pretendemos fazer. Hoje discutíamos com os nossos dirigentes e técnicos opções dessa natureza, viaturas de recolha de resíduos ditas viaturas verdes com outro tipo de combustível, energias, etc., e isso será objeto de uma candidatura e assim que soubermos se isso produz efeitos, ou não, naturalmente terá de haver uma cabimentação no Orçamento municipal. Para já é uma primeira estimativa para as principais necessidades, nós precisamos de mais uma retroescavadora, precisamos de mais um carro para a recolha mecânica e precisamos sobretudo de substituir algumas carrinhas e autocarros para as crianças.

Quanto ao Plano Municipal de Mobilidade, esta verba diz respeito exclusivamente ao circuito urbano do Pinhal Novo. Como em qualquer sistema de transportes tem de haver uma indemnização compensatória porque o custo do transporte e o custo do bilhete que o passageiro paga, e do passe que tem, não paga naturalmente os custos do transporte. Nós temos sempre aqui esta verba porque todos os meses pagamos uma determinada verba à transportadora e ela assume o risco em função dos bilhetes que vende ou não vende. Isto é a verba mínima para o circuito funcionar, é assim desde que existe circuito e é neste momento menos de metade do valor de quando arrancou em 2008/2009, sensivelmente.

No que respeita aos apoios ao movimento associativo, questões de equidade, critérios, etc., obviamente que isso está sempre presente mas quem está por fora, e vê alguns apoios nos jornais, se quiser saber mais tem que olhar para as propostas e a Sra. Membro da Assembleia, se quiser, tem acesso às propostas. As propostas estão bem fundamentadas, os apoios são concedidos a quem solicita dentro das verbas que estão disponíveis no Orçamento municipal para determinados programas, para determinadas rubricas e, felizmente, têm todas merecido aprovação por unanimidade na Câmara. É sinal que quem conhece a proposta em pormenor percebe que, apesar do regulamento estar suspenso e estarmos a trabalhar em novos regulamentos de apoio ao movimento associativo, não deixam de ser vertidos na proposta alguns critérios e algumas opções em que as associações e por sinal, se calhar, os Srs. Vereadores se revêm tanto que temos tido sempre essas propostas sempre aprovadas por unanimidade e o mesmo em relação às Juntas.

Depois aspetos de limpeza, de pormenor e outras questões que suscitou acabou por encontrar resposta. Penso que de uma maneira geral as explicações estão dadas.

Sra. Presidente ficarei por aqui."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Sras. e Srs. Membros da Assembleia vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO DOIS – Alteração ao mapa de pessoal – 2014

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta número dois. Sr. Presidente quer introduzir por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Quanto à alteração ao mapa de pessoal esta Assembleia já havia aprovado o mapa no final de 2013. Entretanto à data da aprovação não era possível prever com rigor o impacto da reorganização dos serviços municipais que foi encetada a um de janeiro com a dita reestruturação orgânica. Houve, de facto, aprovação de regulamentos das estruturas orgânicas nuclear e flexível, cargos de direção intermédia e de terceiro grau. Nessa medida, atenta à complexidade desta mudança organizacional no início de 2014, houve fusão de serviços, houve naturalmente o aprofundamento da racionalização e da partilha de meios e houve necessidade de fazer vários ajustamentos na afetação e na mobilidade interna até dos nossos trabalhadores, visando gerar maiores eficiências na prestação do serviço público.

Paralelamente a isto entretanto ocorre a Lei do Orçamento de Estado que veio prever um regime excecional de mobilidade interna intercarreiras ou categorias e entendeu-se oportuno no momento em que estamos a fazer esta mexida no Mapa, por via da reestruturação que houve e das mudanças que houve na estrutura orgânica da Câmara, consagrar formalmente no Mapa de Pessoal nove postos de trabalho de trabalho na categoria de encarregado operacional, categoria em que aliás somos altamente deficitários porque houve um conjunto de pessoas que se aposentaram, desde há seis/sete anos houve uma saída em massa de encarregados operacionais. Estes postos de trabalho destinam-se a formalizar situações que, de facto, já existem. São trabalhadores que têm vindo a exercer estas funções, as funções inerentes a esta categoria, alguns em substituição de encarregados entretanto aposentados, como eu disse, mas aos quais estava vedado o acesso à categoria face às sucessivas inibições legais em vigor desde janeiro de 2011. O acionamento deste mecanismo de mobilidade intercarreiras, ou categorias, para provimento destes postos de trabalho de encarregado, visam legitimar formalmente a responsabilização hierárquica funcional em brigadas compostas com a dotação mínima de dez assistentes operacionais em observância por aquilo que a lei consagra, as quais carecem efetivamente de ser lideradas por uma chefia operacional intermédia que tem, entre outras, a finalidade de atenuar os impactos negativos decorrentes da redução substancial dos cargos de dirigentes com a recente entrada em vigor da nova estrutura orgânica municipal, a que atrás se aludiu. Acrescentaria só que também este mecanismo é transitório e só pode acontecer por um período de dezoito meses, pode ser que depois isto se possa efetivar. Acontece é que nós não podemos continuar a exigir a pessoas que coordenem brigadas que desempenhem a função de encarregado sem que elas possam hierarquicamente, disciplinarmente, até em termos de avaliação dos seus colegas poder exercer, de facto e de direito, e sobretudo serem remunerados pelo trabalho que efetivamente desempenham.

Também com o objetivo de minimizar este impacto da redução do número de dirigentes, visa-se reforçar as chefias intermédias em serviços com uma forte componente de processos administrativos consagrando no mapa de pessoal dois postos de trabalho de coordenador técnico para chefiar secções administrativas. Aqui, por acaso, até já tivemos mais no passado.

Assim, a alteração ao Mapa de Pessoal consubstancia-se sobretudo nos seguintes aspetos e os números são aquilo que fica geralmente no ouvido:

- Reafectação de 90 trabalhadores entre os diversos serviços municipais;

- Inclusão de 10 mobilidades internas (entre serviços municipais) já operadas;

- Inclusão de 9 postos de trabalho na categoria de Encarregado Operacional;

- Inclusão de 2 postos de trabalho na categoria de Coordenador Técnico;

- Extinção de 12 postos de trabalho (4 na carreira de Técnico Superior e 8 na carreira de Assistente Operacional);

- Inclusão de 52 postos de trabalho vagos que correspondem, designadamente, a situações transitórias em regime de mobilidade não consolidada, nomeações em regime de substituição (Dirigentes) e necessidades de recrutamento;

- Globalmente a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal consagra 971 postos de trabalho, dos quais 920 são postos efetivamente ocupados.

Nos termos da legislação aqui aduzida propõe-se então a aprovação da presente proposta de Mapa de Pessoal.

Disse Sra. Presidente, estou ao dispor."

O **Sr. Bruno Grazina do PS** ausentou-se da sala pelas 21:27 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, por favor está aberta a discussão sobre esta proposta. Tem a palavra o Partido Socialista, Ilda Fino por favor."

A **Sra. Ilda Fino do PS:**

"A todos quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Sra. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, mais Membros da Assembleia Municipal, Srs. Jornalistas, Srs. Técnicos Municipais e mais presentes.

A bancada Socialista vai votar favoravelmente, trata-se de critérios de gestão e de Mapa de Pessoal, apenas um esclarecimento quanto à questão de qual o motivo da existência de doze postos de trabalho a extinguir. Será por aposentação? Só para nós ficarmos com essa clarificação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão por favor? Outras intervenções, outras questões? Não havendo, Sr. Presidente uma resposta rápida."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É isso."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos votar a Alteração ao mapa de pessoal."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte nove votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO TRÊS – Contratos Interadministrativos entre a Câmara Municipal de Palmela e as Juntas de Freguesia de Quinta do Anjo, Pinhal Novo e União das Freguesias de Poceirão e Marateca, referentes à manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta número três, Sr. Presidente tem a palavra."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigada Sra. Presidente.

Trata-se de contratos interadministrativos entre a Câmara Municipal de Palmela a Junta de Quinta do Anjo, Junta de Freguesia de Pinhal Novo e a União das Freguesias de Poceirão e Marateca referente à manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados.

Tentando simplificar a leitura da proposta, como é sabido nós já tínhamos aprovado na Câmara e neste órgão, neste fórum, na Assembleia, a celebração de contratos interadministrativos e acordos de execução para diversas áreas. À data havia um conjunto de dúvidas, e algumas ainda subsistem, suscitadas pela generalidade das autarquias face à *ratio legis,* e porque estava na intenção também do legislador, e o alcance das competências materiais das Juntas de Freguesia previstas no artigo dezasseis.

A Câmara e as Juntas têm vindo reiteradamente a solicitar a várias entidades (CCDR's, ANMP e ANAFRE) outros esclarecimentos e orientações sobre a abrangência e aplicação do referido artigo, nomeadamente sobre o entendimento da alínea ff). Dos diferentes pareceres recebidos, resulta claramente uma tendência interpretativa que considera a aplicação desta competência das juntas se reserva aos caminhos vicinais e aos pavimentos pedonais património das mesmas, o que resulta daí a exclusão dos restantes caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais. É uma situação que acaba por ser reforçada por um despacho interpretativo, aguardam-se ainda outros pareceres e o assunto não está completamente encerrado.

Para nós independentemente de todo o trabalho que temos que fazer internamente, que é o cadastro mais apurado da natureza dos caminhos porque desde sempre, desde os anos oitenta, passámos a considerar todos os caminhos como caminhos públicos municipais e alguns não têm de facto perfil para isso e tratar-se-ão certamente de caminhos vicinais. Sem prejuízo da realização desse trabalho, que terá de ser feito lá mais para diante, para nós o que nos interessa é que temos um território com uma extensa rede viária de caminhos e arruamentos não asfaltados, temos uma boa experiência de trabalho no passado com delegação de competências nas Juntas de Freguesia e, portanto, esta indefinição já causou problemas de sobra nestes primeiros meses do ano, até porque tivemos um inverno muito rigoroso, aquilo que se propõe é que para responder eficazmente às necessidades das populações nessas áreas que seja celebrado este tipo de contratos com as duas Juntas de Quinta do Anjo e Pinhal Novo e a União das Freguesias de Poceirão e Marateca, dado que na freguesia de Palmela é o Município que continua a fazer a reparação e conservação destes caminhos, nos termos que foram apresentados com as normas técnicas, o caderno de encargos e a forma de verificação também da execução das competências que aqui está anexo.

No fundamental referir que o apuramento destas verbas por cada uma das freguesias diz respeito aos quilómetros que estão cadastrados e que são reais neste momento na rede de caminhos, houve uma afinação uma vez que no passado eram duzentos e seis mil euros e neste momento são duzentos mil, distribuídos pelas Juntas da forma que aqui está e é retroativo a janeiro, ou seja esta verba teve em consideração a necessidade do exercício da competência ficar retroativa a janeiro porque houve de facto um conjunto de intervenções que as Juntas têm assegurado ao longo destes últimos meses.

Sra. Presidente disse o fundamental."

O **Sr. Bruno Grazina do PS** retomou a participação nos trabalhos pelas 21:35 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia há alguma questão, por favor. Tem a palavra o Partido Socialista, José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite a todos. Sra. Presidente, apresento-lhe os meus cumprimentos bem como à respetiva Mesa, os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, aos caros colegas Membros da Assembleia, comunicação social, técnicos da Câmara e público a assistir a esta Assembleia.

Eu tinha intenção de antes de falar sobre este ponto fazer uma interpelação à Mesa mas o Sr. Presidente no segundo ponto foi um pouco mais rápido e no terceiro também, mas no primeiro ponto falou, em duas intervenções, durante quarenta minutos e se continuar, eu tenho todo o gosto de ouvir o Sr. Presidente e oiço sempre com muita simpatia, qualquer dia arriscamo-nos a vir para aqui três horas a ouvir o Sr. Presidente e simplesmente nos irmos embora sem poder intervir. Penso que é um exagero num ponto só intervir quarenta minutos.

Em relação a este ponto eu quero dizer Sra. Presidente, a esta proposta, que não posso deixar de referenciar a importância destes contratos e neste caso o primeiro contrato, creio eu, com as nossas freguesias para a manutenção e conservação dos aceiros de terra batida, o verdadeiro nome destes caminhos são aceiros de terra batida. Nesta matéria o nosso concelho tem sido muito penalizado, porque tem sido obrigado a desviar recursos ao longo dos anos para outras áreas que são da responsabilidade do poder central e que tem sido em grande parte responsáveis, esses desvios dessas verbas, por sermos um concelho com mais de trezentos quilómetros de aceiros de terra batida e onde mais de duzentos quilómetros são de Poceirão e Marateca.

Claro que há aqui pessoas que estão espantadas por ser eu a dizer isto, tão chocadas inclusivamente. Estou a referir-me em particular ao negócio desastroso que a Câmara de Palmela, como muitas outras Câmaras deste País, tem nos transportes escolares com o Ministério da Educação que ao longo dos anos levou deste concelho, e todos nós sabemos isso, largos milhões de euros. Este concelho pela extensão geográfica que tem gasta mais de um milhão de euros por ano em transportes escolares e mais de oitenta por cento não recebe do Ministério da Educação o dinheiro que gasta com esses transportes escolares.

Esse dinheiro que ao longo dos anos foram gastos nos transportes escolares, sem ser recebido pelo Ministério e pelo poder central, teriam dado para asfaltar mais de noventa por cento de todos esses caminhos e arruamentos no nosso concelho que ainda são de terra batida.

Dizem alguns, em particular aqueles que vieram morar para o nosso concelho, mas para ruas alcatroadas "bom mas então o dinheiro para os transportes escolares vir do poder central ou vir da Câmara Municipal não é tudo do erário público?". Claro que o que vem é do erário público, o que é gasto é do erário público, mas são os munícipes deste concelho que têm que viver diariamente com as ruas à sua porta cheias de buracos e pó no verão e crateras, autênticas crateras, e lamas no inverno.

Apesar de todo o esforço e gastos que são feitos pelas autarquias, o esforço de trabalho e gastos pelas autarquias do concelho tanto pela autarquia central, a Câmara, e pelas Juntas de Freguesia, eu sou testemunha disso uma vez que na rua onde moro não se pode exigir mais ao longo dos anos nem sequer pedir mais à Junta de Freguesia que faça por aquelas ruas e pela que passa à minha porta. Muitas das vezes, especialmente no inverno, a niveladora passa de manhã e se chove à tarde no outro dia os buracos estão na mesma.

E também Sra. Presidente, e caríssimos Membros desta Assembleia, com as verbas que têm sido gastas ao longo dos anos neste concelho nos protocolos, e agora vão ser nos contratos, dariam para muita coisa mais útil do que permanentemente andarmos a arranjar os caminhos de terra batida. Isto sem contar com os prejuízos particulares da população, em particular nas viaturas se estivermos a referirmo-nos a amortecedores e etc..

Sra. Presidente, porque se insere neste documento gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara o seguinte: Ele já aqui nos referiu que vai fazer um cadastro das ruas, mas a questão que aqui deixo de qualquer das formas é se a Câmara Municipal de Palmela tem algum estudo de tráfego do concelho e qual o ponto da situação do plano rodoviário do concelho. Por exemplo podemos saber neste momento no concelho quantos quilómetros existem de estradas e caminhos municipais alcatroados e quantos quilómetros de caminhos e aceiros de terra batida tem o nosso concelho, há algum cadastro disso? Isto porque eu tenho um mapa dessa rede viária a conservar mas apenas do Poceirão e Marateca.

Muito obrigada Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada.

Eu registei a sua preocupação e já agora sublinho só que as suas perguntas, naturalmente, está no seu direito e são pertinentes. É só para dizer que a seguir vou ter que dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que vai ter que responder, com certeza, a essas várias questões.

Mais intervenções por favor. Tem a palavra então pela CDU o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"Muito boa noite. Sra. Presidente permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes.

Só notas breves relativamente não só a este contrato mas também, e já agora, antecipando relativamente ao acordo de execução que irá também aqui ser discutido.

Dizer que hoje é muito recorrente ouvirmos na opinião pública que há uma má produção legislativa em Portugal, em várias matérias, e essa é uma verdade. Verdade que se repete e esta lei, a Lei 75/2013, é uma má lei mesmo no sentido da sua redação e não estou a falar do seu conteúdo político que esse é seguramente o mais importante. Claro que as interpretações jurídicas são sempre possíveis, o Direito é um manancial de exploração e especulação em termos de interpretação jurídica em qualquer lei, mas esta é particularmente infeliz pelas contradições linguísticas, mesmo, que introduziu na lei e que criou de norte a sul do País situações de ambiguidade, de contradições, até de tensões entre as Câmaras e Juntas de Freguesia e tudo isto da responsabilidade do órgão que aprovou esta lei, a Assembleia da República.

Dizer que para nós, CDU, este é um bom acordo. A CDU reivindica com todo o mérito ter sido a força política, e a Câmara de Palmela nesse aspeto concreto foi das autarquias do País que esteve à frente na primeira linha, que iniciou as chamadas delegações de competências para as Juntas de Freguesia, os então designados genericamente protocolos, é um caminho que devemos prosseguir, é um caminho que até devemos aprofundar em tudo o que for possível. Não é uma retórica dizer que a proximidade, a subsidiariedade, são em si um valor que acrescenta melhor serviço público, é uma realidade concreta que todos os dias as intervenções das Juntas em articulação com as Câmaras vêm demonstrando e portanto este é o caminho que devemos prosseguir, a CDU tem-no feito e este é um exemplo concreto.

Dizer ainda que a Lei 73/2013 (Lei das Finanças Locais) e a Lei 75/2013 foram um logro, foram mais uma vez uma expetativa adiada da afirmação da autonomia das Juntas de Freguesia enquanto autarquias. Apesar de estar consignado na lei a atribuição de um por cento das verbas do IMI, em termos do Município, divididas proporcionalmente pelas Juntas de Freguesia de acordo com a sua comparticipação para esse mesmo IMI. Apesar disso e apesar da lei também definir matérias delegadas, mas mesmo as matérias delegáveis têm que ser objeto de acordo, e há uma realidade que é incontornável os acordos e negociações entre as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais é um acordo entre partes desiguais, inevitavelmente, entre partes desiguais. Não temos aqui em Palmela essa queixa, pelo contrário, mas é uma realidade que passa um pouco por todo o país. Quem está, ou quem esteve, presente nalguns encontros e congressos da ANAFRE soube as discriminações mais inimagináveis, por razões políticas e até pessoais, por muito patético que pareça.

Este é um caminho que devemos valorizar e aprofundar e, enfim, deixar aqui esta nota que esta lei veio, mais uma vez, deixar as Juntas de Freguesia sobretudo na dependência de conseguir acordos com as Câmaras Municipais. A autonomia que foi tão proclamada como um pretexto para a designada "Reorganização Administrativa do Território" foi uma falácia, os objetivos políticos eram outros, era aquilo que nos era apresentado que era sobretudo o tal trabalho em escala, o valorizar o papel das Juntas de Freguesia, o dar-nos maiores recursos, o dar-nos maiores atribuições e competências. Aqui está a prova daquilo que nós dizíamos na altura, e que na altura o poder aqui representado pelos Membros colegas da Assembleia Municipal afetos aos respetivos partidos políticos, mais uma vez se veio a provar que tínhamos

razão. Antecipadamente razão porque, enfim, não porque tenhamos nenhum dom de adivinhação mas porque a interpretação política que fazemos destes fenómenos nos veio dando razão. Dizer que é uma boa lei, é um bom acordo e deixar esta nota final de que esta é uma má lei em todos os sentidos, na sua redação e no seu conteúdo.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais questões por favor, mais intervenções. Tem a palavra a bancada do PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, muito agradecemos aqui os comentários do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, aliás já estamos habituados a essas interpretações políticas por isso é que isto é a casa da democracia e das várias posições, até quanto à *mens legis* que o Sr. Presidente da Câmara muito bem referiu. Como tal, na mente do legislador estaria com certeza alguns objetivos, talvez não sejam os mesmos que o Sr. Presidente aí interpretou, o que é certo, é que, nas autarquias, as pessoas não querem propriamente que nós venhamos aqui só interpretar a lei e fazer discussões políticas, querem é trabalho. Quando há pouco lancei o desafio da limpeza dos passeios, dos canteiros, dessas coisas todas, é que as pessoas querem de nós políticos mais trabalho e menos discursos e isso está provado em termos de sondagens e é, efetivamente, o comentário que me apraz fazer neste momento.

Tinha, por acaso, uma dúvida relativamente à conservação dos caminhos de terra batida que existem na área geográfica da circunscrição nomeadamente no que concerne muitas vezes às AUGI's. Há freguesias que têm muitas AUGI's e por vezes há caminhos que não estão todos cadastrados, com certeza penso que a Câmara, e como já estive no executivo de Quinta do Anjo e sei que não tínhamos esses elementos, mas o Sr. Presidente disse agora que iam apurar mais o cadastro e depois fornecer esses elementos às Juntas o que considero um trabalho urgente e essencial e aqui me congratulo por esse trabalho ir ser completado e realizado.

O Sr. Presidente não fique aborrecido mas é uma realidade, isto sabe o que é? São as palavras do ofício, são efetivamente a experiência do local, como também já estive nas freguesias também sei o que é isso e o António Mestre está-se ali a rir e sabe às vezes as dificuldades que tínhamos. As dificuldades não vêm só do poder central e é por isso que também queremos que a Câmara aperfeiçoe esses trabalhos, não porque se calhar não tenha querido fazer ou às vezes por outras exigências, ou por outras opções na altura e, efetivamente, as leis se calhar agora são mais exigentes, e se calhar isso é bom para todos e até no controle dos gastos por parte das Juntas e que os protocolos, neste momento com outros nomes de contratos interadministrativos, sirvam efetivamente para essas obras e esses trabalhos.

É claro que nos congratulamos com a Câmara fazer estes contratos interadministrativos com as Juntas e nunca estivemos contra isso. Prova disso é que quando fizemos parte do executivo e da assembleia votamos favoravelmente e houve alturas em que até defendemos que poderia haver mais descentralização, quando havia elementos do executivo que não se conformavam com essa nossa posição. São posições que nos apraz aqui referir e o que irei dizer é que vamos ao trabalho então com estes contratos interadministrativos. O nosso voto será portanto favorável."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Mais alguma intervenção por favor. Não havendo, pedia ao Sr. Presidente que respondesse por favor para terminarmos e votarmos."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente. Permita-me também sob a forma de interpelação à Mesa manifestar a minha estranheza pelo facto, ainda por cima no mês e no ano em que se comemora quarenta anos sobre o 25 de Abril, haver algumas tentativas de seriação e de condicionamento do meu uso da palavra. Eu

pergunto a V.Ex.ª se houver regimentalmente tempos definidos para as minhas intervenções que me faça saber e eu procurarei fazer as minhas intervenções cumprindo o Regimento. Não havendo, eu penso que as minhas intervenções têm tido como principal preocupação explicitar o melhor possível as propostas até na tentativa de prevenir e de antecipar questões, nomeadamente acerca do Orçamento, que pudessem vir a ser suscitadas até porque é uma matéria árida, é um conjunto de números, são dezenas de páginas e eu procurei ser o mais sucinto possível. Assim como o fiz relativamente ao Mapa de Pessoal e fiz, aliás, relativamente a esta proposta que não li na íntegra.

A segunda nota para responder ao Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério. Começar por dizer-lhe o seguinte: os caminhos do Município estão todos cadastrados. Não sei também, a propósito da última intervenção da Dra. Rosa Pinto, como é que depreendeu o contrário das minhas palavras. O cadastro existe, está disponibilizado no nosso site da Internet, no SIG, nós temos os caminhos cadastrados. Agora é preciso chegar a uma tipificação dos caminhos e é esse trabalho que não está feito.

Relativamente ao plano rodoviário concelhio ele não existe. Não existe não é por incapacidade nossa, nós temos procurado e até temos interpelações escritas feitas a várias entidades, e até à ANMP, para que nos digam como é que esse trabalho é feito quando ainda estamos a tratar com legislação obsoleta do tempo do Estado Novo relativamente à tipificação de caminhos.

É preciso perceber estas coisas e conhecer o que é que está aqui efetivamente em causa, não é falar aqui numas parangonas plano rodoviário e plano não sei quê. Os caminhos estão cadastrados e precisam é duma tipificação. Inclusivamente Sr. Membro da Assembleia caminhos que hoje têm toponímia e alguns surgiram titulares dizendo que o caminho é privado porque, efetivamente, há partes do terreno que não vieram ao domínio público e esse trabalho não é um trabalho fácil de fazer. Em última instância, e eu já tive experiência ao longo dos anos nesta matéria, quem define se o caminho é público ou privado são os tribunais. O Município passa as certidões, isso não vale nada os tribunais é que definem isso e nós temos muitos assuntos desses para resolver. Agora, enquanto isso não está clarificado, nós preferimos tratar todos como públicos, sabe porquê? É a forma de fazermos chegar à Junta de Freguesia mais um quilómetro, mais umas verbas para que, se for chamada a intervir naquele sítio, não deixe de fazê-lo por falta de meios.

Depois acerca dos trezentos quilómetros de caminhos por asfaltar, Sr. Membro da Assembleia eu quero aqui dizer-lhe a si, como tenho dito a qualquer concidadão e munícipe, que continuaremos a ter no futuro muitas dezenas, senão centenas, de quilómetros de caminhos por asfaltar porque eles devem manter-se como caminhos de terra batida. O que nós temos de nos preocupar é com aquilo que foi definido nos nossos planos de ordenamento do território que são perímetros urbanos e aglomerados urbanos e onde houver essas manchas esses sim têm de ser asfaltados, uns pelo Município e outros pelos particulares em termos das funções económicas que vão para o local. Se é uma empresa tem de fazer determinado tipo de infraestruturas, se é um loteamento tem de fazer essas infraestruturas. Depois há um conjunto de ligações estruturantes que também estão definidas com as Juntas de Freguesia quais são os principais aceiros que querem para este mandato asfaltados, isso faz parte do nosso plano plurianual de investimentos que foi aprovado por esta Câmara e vamos fazendo.

Agora não vale a pena continuarmos a dizer quarenta anos depois do 25 de Abril que há centenas de caminhos por asfaltar. Há e daqui a duzentos anos vamos continuar a ter. Mal de nós se fizermos o contrário, e isto acontece em todos os países e acontece em todos os concelhos. Naturalmente não acontece naqueles concelhos que como aqui ao lado com trinta e quatro quilómetros quadrados e têm uma percentagem muito significativa de caminhos por asfaltar.

Depois, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, as AUGI's, esses caminhos não são públicos. A senhora é jurista, sabe muito bem que a AUGI enquanto não houver a divisão da coisa comum aqueles espaços não são públicos são privados, porque aquilo é um único terreno. Enquanto a operação de loteamento não estiver terminada e o alvará emitido, de facto, aqueles caminhos não são públicos logo não fazem parte dos caminhos que as Câmaras ou as Juntas têm que tratar mas eu tenho conhecimento que a Junta de Quinta do Anjo tem-no feito e que outras Juntas o fazem, e acho que fazem bem porque moram lá pessoas, mas de facto a prioridade deve ser dada aos outros caminhos.

E portanto nada de confusões, existe cadastro, ele está disponível, as Juntas de Freguesia conhecem uma vez que o mapa é tirado do SIG, os valores de xis o quilómetro está tudo atualizadíssimo, o que está asfaltado e o que não está asfaltado, e é com base nessa medição e nesses mapas que são disponibilizados

às Juntas de Freguesia que é feito o apuramento deste valor e as Juntas só têm que intervir naqueles caminhos do mapa. Se intervêm noutros fazem muito bem, em minha opinião, e é por sua conta e risco porque entendem que devem beneficiar o acesso a determinadas pessoas vivam elas numa AUGI ou não.

Não vou comentar a questão dos transportes escolares mas naturalmente não partilho da opinião do Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério até porque aqui tomamos, e penso que foi por unanimidade, uma decisão com a qual me congratulo e que faz do concelho de Palmela um concelho ímpar nesta matéria que é transportar mais crianças do que a lei obriga. Nós cumprimos a lei e há uma parte que diz respeito ao 1º ciclo, ao pré-escolar e até ao 9º ano e que é competência das autarquias, bem ou mal é competência das autarquias e nós cumprimos. Apesar de nos custar achamos que esse investimento tem que ser feito e é muito bem feito.

Sobre a lei permitam-me, de facto, também aqui um comentário. É de facto uma má lei, feita por alguém que meteu os pés pelas mãos porque a intenção das competências próprias, e aliás quem conhece e tem acompanhado esta matéria e nós aqui no concelho há aqui muitos Membros da Assembleia que conhecem estes assuntos há uma série de anos, alguém tentou vir beber a alguns concelhos da Península a experiência que havia em termos de descentralização de competências. E durante anos na ANAFRE foram ditas quais eram as áreas que deveriam ser competências próprias das Juntas com transferência de dinheiro diretamente do Orçamento Geral de Estado. Então é uma competência própria mas não é própria porque não é proprietário, e ainda hoje estamos nisto. Este assunto não se esgota aqui, ainda temos a questão das calçadas e depois temos a questão da toponímia em que já é própria, conservam e mantêm, então mas quem é que compra a placa? Isto é uma alhada. Nós estivemos num encontro a nível nacional com Câmaras de todo País, com presidentes de Junta e com instâncias académicas e universitárias, não estava lá foi o autor da lei que esse fugiu nesse dia mas aquela universidade foi a entidade que baralhou isto tudo, e chegaram à conclusão que afinal "pois uma coisa era a intenção outra coisa foi aquilo que saiu". Pois é, alguém admitiu, agora o problema é que eu não sei se isto vai lá com uma correção. Enquanto isso não acontece nós temos de passar à ação, é esta a intenção e temos pena que isto não se tenha clarificado antes. Temos sobretudo pena que este conjunto de competências próprias não sejam efetivamente próprias, porque isto é uma menorização das Juntas que continuam a depender da vontade das Câmaras ou do entendimento mais para ali ou mais para aqui. Isto não devia ser assim, ou é ou não é, e depois o dinheiro ou vem do IMI, ou vem do FFF, mas tem de vir dinheiro para as Juntas. Doutra forma também estamos a esvaziar os Municípios de recursos e até de competências. De facto merecíamos melhores legisladores e uma melhor lei e nisso estou inteiramente de acordo com as palavras do Sr. Presidente da Junta, Valentim Pinto.

De momento este é um contrato interadministrativo fundamental para que possamos corrigir um conjunto de situações no nosso território e que consideramos que as Juntas de Freguesia continuarão a fazê-lo muito bem.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Quem é que deseja usar da palavra? Um pedido, dois pedidos. São questões novas em relação ao PSD?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu depois de as produzir a Senhora avaliará se serão novas ou velhas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, não é assim que se vai relacionar comigo porque eu não vou deixar."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não estou a perceber o que quer dizer com uma questão nova. Tem a ver com este tema Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, não é isso. Tem a ver com o tema, não é para comentar o que o Sr. Presidente disse, é uma questão pergunto?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu posso esclarecer melhor o que eu disse Sra. Presidente, é uma questão exatamente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"É uma questão, está bem. E a sua é uma interpelação à Mesa? Já há bocadinho fez uma numa figura um bocadinho desfasada no caso mas ..."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Isso foi no segundo ponto.

Oh Sra. Presidente, eu quero apenas interpelar a Mesa porque quer-me parecer que toda a gente aqui percebeu que eu não estava a criticar a Câmara em relação aos transportes escolares. A única pessoa que não percebeu foi o Sr. Presidente da Câmara, o que mostra que de alguma forma ele está sempre preparado para disparar em todos os sentidos. Eu não conhecia este Álvaro Amaro.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Oiça, não vale a pena. Não vale a pena ir por aí. Vamos à questão nova do PSD por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O PSD/CDS a questão nova tem a ver aqui, efetivamente, com estes acordos. O Sr. Presidente fez aí alguns comentários que eu não irei comentar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Está a ver, eu tinha razão. Eu tinha razão para lhe perguntar."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"É um esclarecimento Sra. Presidente, e com base na liberdade de Abril todos temos aqui direito aos esclarecimentos inclusive o Sr. Presidente, não é?

Efetivamente quando o Sr. Presidente, e já não é a primeira vez, afirma que eu sou jurista eu sei que sou jurista. O Sr. Presidente também era professor e eu não lhe exijo que saiba o Português todo, nem o novo acordo ortográfico. Já o primeiro Sócrates dizia que devíamos ter dúvidas, quando temos dúvidas temos que questionar.

Quando eu referi, e perguntei ao Sr. Presidente, se o cadastro estava feito talvez não tenha interpretado bem as minhas palavras, era no sentido do que o Sr. Presidente tinha afirmado que não estará completo. É claro que todos nós sabemos o que é o SIG não somos propriamente analfabetos informáticos, vamos lá avaliar a questão em concreto.

Sr. Presidente não se ofenda com isto que eu lhe digo, porque nós ouvimos com educação os comentários do Sr. Presidente e o senhor terá que ouvir os meus. Este esclarecimento é para lhe dizer que como jurista todos os dias tenho dúvidas e, efetivamente, as que aqui tiver todos os dias as perguntarei quando tenho reuniões, Sr. Presidente. O senhor esclareceu, ficámos todos esclarecidos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pronto, muito bem. Sr. Presidente penso que não há mais nada a esclarecer portanto nós vamos terminar este ponto."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Eu vou repetir porque parece ..."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mas não houve questões Sr. Presidente, não houve questões houve um comentário. Sr. Presidente peço desculpa..."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É que voltou a ser dito que o cadastro não está completo. O cadastro está completo, falta tipificar o tipo de vias. Bolas, é a terceira vez que repito isto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pronto, então já percebemos. Não há questões novas, não há questões novas portanto nós vamos terminar esta proposta. O Sr. Presidente já esclareceu mais uma vez e vamos votar, está bem?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO QUATRO – Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Palmela e as Juntas de Freguesia do concelho referente à conservação e manutenção de mobiliário urbano

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente a proposta seguinte."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Trata-se de um novo acordo de execução, já havíamos celebrado acordos com as nossas Juntas sobre as reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo, também na manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de ensino, na gestão e manutenção de espaços verdes, limpeza de vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros.

Houve, de facto, o desenvolvimento de um processo negocial em que debatemos com as Juntas quais estas competências delegadas que gostariam de ter ou que estariam na disposição de receber em função da disponibilidade de meios que o Município tinha.

Houve vontade expressa em acrescentar a estes últimos acordos um novo acordo de execução referente à conservação e manutenção de mobiliário urbano. Nós consideramos que esta área também é muito importante para a qualificação do nosso espaço público.

Fizemos o levantamento exaustivo de todo o mobiliário urbano existente em todas as freguesias e são centenas e centenas de peças de mobiliário do mais distinto, de várias tipologias, de vários materiais e chegamos a uma opção, que pensamos que é feliz e que foi consensual, que foi tipificar concretamente o mobiliário que passa a estar sob responsabilidade da Junta e definir quantidades por freguesia. Depois com um caderno de especificações técnicas que diz claramente os materiais e o tipo de intervenção que compete a cada uma das freguesias fazer.

Desse apuramento, e da vontade expressa e da negociação, chegou-se então a esta proposta que visa descentralizar para as Juntas um total de trinta e seis mil seiscentos e quarenta euros para procederem à conservação e manutenção de mobiliário urbano. Refiro que no fundamental serão bancos, floreiras, pinos, limitadores de estacionamento, papeleiras, algumas baias e cancelas, wc caninos também. Ainda por cima há que considerar que depois também algum deste mobiliário uns são propriedade de Juntas e esses não estão nos acordos. Foi também estipulado um valor por equipamento, bebedouros cá está algumas cancelas, nuns sítios existem noutros não e entendam-se cancelas/vedações, floreiras, pilaretes, bancos, no fundamental é isto.

Entendemos retirar, ou não incluir, os abrigos de passageiros por uma razão muito simples, já agora porque esta questão às vezes é também questionada. Primeiro relativamente a abrigos de passageiros há muitos abrigos que são propriedade das Juntas, há pelo menos quatro freguesias que têm muitos abrigos da sua propriedade. Nós fizemos, recentemente, também o levantamento e a caraterização de cada um deles e iremos remodelar e retirar alguns e temos intenção também, através da publicidade, de vir a ter contratos de concessão para alguns eixos passarem a ter abrigos concessionados a empresas o que nos alivia da manutenção e desse encargo.

Há depois aqui um aspeto fundamental que é sempre bom termos hoje em consideração quando se fala de delegações de competências, seja através de contratos, seja através de protocolos, seja através de acordos de execução, no passado só falamos da proximidade, do fazer bem e mais rápido, etc., que é a questão do interesse público e da despesa. De facto, acrescentar aqui este aspeto, pretende-se com estes acordos, e os contratos, que as Juntas desempenhem bem estas competências mas significando isto que fazem-no sem fazer acrescer a despesa que o Município tem nestas áreas ou já tinha verbas alocadas para isto. Este é também um bom princípio, o interesse público passa também por salvaguardar esta questão.

Isto com os abrigos de passageiros não era possível fazer-se até porque são verbas muito avultadas neste momento. Mas pronto, seremos nós os responsáveis pela manutenção dos abrigos e as Juntas têm agora possibilidade de fazer melhor do que a Câmara, confesso, porque é muito difícil andar aí no dia-a-dia a reparar uma ripa dum banco, por um pilarete no ar e, de facto, quem está perto pode fazer bem com estes meios que agora disponibilizamos.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, eu aqui estive a ler em detalhe estes acordos de execução, aliás quando estive na Junta de Freguesia de Quinta do Anjo muitas vezes procedíamos voluntariamente também à reparação de bancos e às vezes até a expensas da Junta.

O Sr. Presidente tem razão quando refere aí os abrigos de passageiros. Efetivamente, alguns que são em vidro e cada vidro daqueles que muitas vezes é partido por vandalismo. Aí acho que podíamos junto das

escolas fazer algumas ações de sensibilidade quanto a esse vandalismo de objetos, pilaretes e outras coisas que são domínio público, neste caso da Câmara ou das Juntas.

Esses abrigos de passageiros já estão há uns bons tempos muito deteriorados, muito deteriorados mesmo, as pessoas estão muitas vezes à chuva. O que na altura os próprios TST sugeriram à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, e depois ficou de ser falado, era a questão da aposição também nos abrigos, e já que o Sr. Presidente disse aí que com certeza ia haver concessões, também terem os horários das carreiras ou seja serem apostos umas caixinhas como há nos autocarros em Lisboa, e noutros sítios, para pelo menos as pessoas que muitas vezes não transitam todos os dias nessas carreiras conseguirem ter os horários. É certo que atualmente há a Internet, mas há muita gente que não tem acessibilidade a essas novas tecnologias. Congratulo-me com esta transferência.

Relativamente aos pilaretes eu até ousaria aqui fazer uma sugestão. Como sou moradora nos Portais da Arrábida, aqueles pilaretes por acaso foram na altura apostos pelo urbanizador, penso eu, pelo menos quando comprei a casa já tinha aqueles pilaretes que por acaso são feitos duma maneira pouco dispendiosa para a autarquia porque eu já analisei aquilo. É feito com aqueles tubos largos enchidos de cimento e depois preenchido o rebordo, o que quer dizer que ficam muito mais baratos até do que aqueles metálicos altos que precisam de mais conservação. Se calhar era uma sugestão para a autarquia, talvez as Juntas possam não ter essa possibilidade mas se calhar a Câmara consegue ter essa disponibilidade ou alguns trabalhadores que consigam fazer esse trabalho e que fique menos dispendioso para a autarquia. A manutenção depois é a pintura que é também é relativamente barata. É claro que às vezes quando um carro do lixo, ou outro carro qualquer, bate num deles é derrubado e tem que ser reposto na sua totalidade, e portanto isso será uma sugestão.

E é só."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE** ausentou-se da sala pelas 22:10 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa**

"Obrigada. Mais alguma intervenção por favor? Não havendo pergunto ao Sr. Presidente se podemos terminar? Então vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte nove votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

PONTO CINCO – Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Palmela (RUEMP) – Alteração

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta seguinte Sr. Presidente, tem a palavra por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE** retomou a participação nos trabalhos pelas 22:13 horas.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente se me permitir, e se a Assembleia anuir, eu tentaria fundir aqui a explicação das duas propostas conjuntamente, quer a do Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Palmela, a alteração proposta, assim como o Regulamento e Tabela de Taxas, e vou tentar simplificar muito."

A **Sra. Carla Oliveira do PS** ausentou-se da sala pelas 22:15 horas.

PONTO CINCO – Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Palmela (RUEMP) – Alteração

PONTO SEIS – Regulamento e Tabela de Taxas Municipais (RTTM) – Alteração

A **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS** ausentou-se da sala pelas 22:16 horas.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Estas alterações ao RUEMP vêm na senda do cumprimento do plano de mandato e assenta de forma genérica em quatro grandes eixos:

- Por um lado flexibilizar e simplificar os procedimentos de legalizações prescindindo na instrução dos processos da entrega de alguns elementos de difícil cumprimento, dou o exemplo do projeto de segurança e de estabilidade quando as coisas já estão de facto construídas;

- Depois possibilitar o licenciamento condicionado nas AUGI's mediante o preenchimento de alguns requisitos que não ponham em causa o avançar do próprio procedimento e o interesse público que lhe subjaz;

- Desmaterializar indo ao encontro da necessidade cada vez maior de prestação dos serviços on-line;

- Depois uma matéria que tem claros reflexos nas taxas a receber que é o aumento da área de construção de mil para mil e quatrocentos metros quadrados, como um dos critérios que preenchem o conceito de operação urbanística com impacto semelhante a loteamento ou impacto relevante, operações urbanísticas que dão geralmente lugar a cedências para o domínio público ou compensações em numerário. Com o aumento desta área nós sabemos que quer para sobretudo armazéns, pequenas indústrias, etc., esta barreira dos mil metros e qualquer coisa estava a ser muito penalizadora em termos de taxas e de compensações e isto vai certamente contribuir para que um conjunto de processos, que têm maiores dificuldades financeiras para obterem o alvará, possam andar mais rapidamente e é também um incentivo à economia;

Também outros objetivos destas alterações prendem-se como já disse ao incentivo à conclusão de procedimentos de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal porque há reduções de taxas muitos substanciais, na ordem dos trinta, cinquenta, noventa, depende dos atos; à instalação e ampliação de armazéns afetos à atividade empresarial comércio e indústria, como já tinha dito; Também estas alterações, em termos de objetivos, prende-se com a contribuição para a concretização de muitos processos de legalização que por vezes o seu termo é de difícil concretização, pelas razões que já foram referidas; E prende-se, de facto, com a necessidade de agilizar procedimentos de licenciamento em termos genéricos e disponibilização de serviços on-line.

Enfim, o resto são notas e artigos e agora tentei bater o record e falar o mínimo possível. Fico para as questões."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, recuperou como vê o tempo gasto antes.

Srs. Membros da Assembleia, passando da brincadeira, alguma questão por favor? Tem a palavra o Partido Socialista, por favor Bruno Grazina."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sras. e Srs. Vereadores e restantes autarcas, Sras. e Srs. Membros da comunicação social, Sras. e Srs. técnicos da Câmara Municipal, Sras. e Srs. munícipes.

As alterações de redação e a introdução do número dez do artigo doze vão sobretudo no sentido de pormenorizar e clarificar o Regulamento, como também foi referido, pelo que creio que estas são questões necessárias e até consensuais e dessa forma o Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta.

Acrescento, também, que é salutar a participação dos munícipes no âmbito das sessões que foram realizadas, partilhando os eleitos do PS das preocupações manifestadas quanto à questão das AUGI's e também da necessidade de desburocratização de forma a simplificar os processos e obter uma maior celeridade dos mesmos.

Para concluir, partilho a convicção de que este Regulamento em si, falando na generalidade sem prejuízo de estarmos a votar aqui uma alteração específica, trata-se de um documento técnico mas que também reflete algumas opções políticas com a inclusão ou exclusão de diversas matérias. Nesse sentido termino com a sugestão, para uma reflexão futura, quanto à possibilidade de inclusão neste Regulamento de disposições relativas à rede viária, pedonal, ciclovias e estacionamento, acessibilidade e mobilidade, espaços verdes públicos ou de uso público e quanto ao desenvolvimento das disposições ligadas à eficiência energética ou ambiental e integração de energias renováveis.

É só, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, há mais alguma questão a colocar ao Sr. Presidente sobre estas duas propostas em discussão conjunta?

Não havendo, então Sr. Presidente por favor se quiser responder tem a palavra."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU** ausentou-se da sala pelas 22:21 horas.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza Sra. Presidente.

Eu penso que o Sr. Membro da Assembleia Bruno Grazina até acabou por explicar alguns aspetos da proposta melhor do que eu que tentei ser muito sintético e, portanto, ajuda a clarificar aí alguns aspetos.

Permitia-me só aduzir, porque me esqueci ainda há pouco, naturalmente há aqui e sobretudo no Regulamento da Tabela de Taxas uma intenção de definir algumas opções que face à atual conjuntura de crise económica e financeira tentam por esta menor arrecadação de taxas, de incentivos e de reduções dinamizar a economia e depois ter aqui a expetativa de ver esses valores reinvestidos no território de outra forma.

De facto este contributo para a dinamização da economia local, queria aqui referir dois ou três exemplos muito concretos:

- Desde logo a diminuição dos custos de instalação e reinstalação de empresas nomeadamente nas áreas programadas para a indústria, aquelas que estão nos nossos planos de ordenamento do território como parques industriais devidamente infraestruturados, esqueci-me de referir isto;

- Depois, nomeadamente nas AUGI's, e as AUGI's é uma temática muito apaixonante e eu espero que agora na Assembleia da Republica se possa fazer melhor do que se fez aqui há uns meses atrás, que foi tentar não deixar acabar o prazo de vigência das AUGI's e houve uma prorrogação, mas há agora necessidade de uma grande alteração à lei das AUGI's. Acho que nós até já fomos precursores e estamos no nosso Regulamento a pressupor algumas das medidas que gostaríamos que a lei das AUGI's tivesse lá contemplada e clarificada;

- O setor da construção civil e na reconversão urbanística, e os próprios particulares, com esta diminuição do valor de taxas terão aqui possibilidade de concluir certamente alguns processos e isso tem claros benefícios para o território e para as pessoas que lá habitam e não ficam, enfim, algumas cidades fantasmas ali com obras a meio e abandonadas.

De referir, como disse ainda há pouco, que há aqui reduções que vão dos trinta aos noventa por cento e reduções de cinquenta por cento e depois uma outra redução, que eu ainda há pouco me esqueci de referir, e que quero aqui sublinhar, porque tem um impacto muito favorável na área da restauração, que é a diminuição das taxas de ocupação de espaço público por esplanadas abertas na ordem dos setenta e cinco por cento.

Isto para dar um exemplo de como isto pode ajudar a economia e facilitar um conjunto de processos.

Depois no que concerne às sugestões feitas pelo Sr. Membro da Assembleia Bruno Grazina, o nosso Regulamento, e não sei se noutro articulado não terá alusão a estas matérias, mas quero aqui referir que nós temos um outro Regulamento de Ocupação de Espaço Público e Publicidade e que, naturalmente, tem lá vertidas algumas dessas matérias. Não consigo agora dizer-lhe se todas mas, naturalmente, as questões das acessibilidades estão lá.

Matéria de eficiência energética, bom há agora alguma produção legislativa sobre o assunto que é capaz de vir a obrigar à inclusão de alterações nos regulamentos municipais mas há também o compromisso do Município de criar medidas de incentivo nessa área.

Este foi um primeiro pacote de medidas com as quais nós nos comprometemos. Recordo-vos que isto foi aprovado no final do ano logo no início do mandato e nós dissemos que era um primeiro pacote de medidas, estamos já a trabalhar há alguns meses num segundo pacote de medidas que virá à Câmara e à Assembleia ainda este ano e algumas das quais dizem respeito a incentivos para quem for mais pró eficiente em matéria de eficiência energética, aquilo que nós chamamos as empresas verdes e economia verde.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente. Então se estiverem de acordo e se não houver outras questões vamos votar. Votamos as propostas números cinco e seis.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão?"

Submetida a proposta número cinco a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (dezassete da CDU, seis do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

Submetida a proposta número seis a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (dezassete da CDU, seis do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO SETE – Alteração aos Estatutos da ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Última proposta Sr. Presidente, proposta número sete."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU** retomou a participação nos trabalhos pelas 22:24 horas.

A **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS** retomou a participação nos trabalhos pelas 22:24 horas.

A **Sra. Carla Oliveira do PS** retomou a participação nos trabalhos pelas 22:24 horas.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Trata-se de uma alteração dos estatutos da ADREPES. Como é conhecido o Município e outras dez entidades, públicas e privadas, da Península constituíram a ADREPES com o objetivo de gerir no território os fundos do Programa LEADER +.

Nos atuais estatutos o objeto definido como *"a promoção e a realização do desenvolvimento rural podendo para o efeito constituir-se como entidade gestora do Programa Leader"*, reflete de forma real essa missão, que foi cumprida com sucesso.

No último Quadro Comunitário de Apoio, e isto convém que seja referido, a ADREPES apresentou candidatura à gestão do Subprograma 3 do PRODER entre 2007-2013 na Península de Setúbal, ao PROMAR – Programa Operacional da Pesca também para este período, cofinanciado pelo Fundo Europeu da Pesca e para a gestão do eixo 4 na Península de Setúbal, e também para o programa FAME do POPH, para ações de formação para o empreendedorismo feminino.

Para o próximo período de programação, a União Europeia prevê a existência de DLBc's iniciativas de desenvolvimento local de base comunitária e que estes possam ser geridos numa lógica multifundos, ou seja, a ADREPES poderá utilizar diversos fundos estruturais na implementação da sua estratégia de desenvolvimento para a Península: zonas costeiras e ribeirinhas e enquadramento urbano.

É fundamental garantir o financiamento desta DLBC através da ADREPES, com recurso a todos os fundos disponíveis, para que a sua ação se mantenha para o desenvolvimento rural e se consolide no âmbito do setor das pescas e da formação profissional.

Nesse sentido, importa adaptar em Assembleia Geral a sua designação e estatutos, de forma a permitir a intervenção em novas áreas, tonando-a de certa forma mais abrangente e reforçando a sua missão inicial, a de proporcionar o desenvolvimento para a Península.

Face ao exposto, e conforme assente na ata da reunião da Assembleia Geral da ADREPES realizada em março último, propõe-se nos termos da legislação aplicável esta alteração aos estatutos da ADREPES que estão anexos à presente proposta.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia questões sobre esta proposta, quem deseja intervir?

Temos uma interpelação do PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Como o Sr. Presidente referiu, efetivamente, as alterações mais significativas aos estatutos são as das principais atividades e atribuições no seu artigo quinto, isto também para as pessoas que estão no público saberem, e sobretudo a questão das competências.

Na questão das competências eu vejo aqui a possibilidade de estabelecimento de protocolos com outras entidades, gerir subvenções nacionais ou da União Europeia cuja administração e execução seja atribuída à Associação, alínea que não existia nos anteriores estatutos e que podia levantar até algumas dúvidas na

aplicação dos fundos em causa e, portanto, congratulo-me que isso tenha sido tido em conta nas competências.

A ADREPES, efetivamente, nós por vezes aqui na Assembleia Municipal e penso que quem não tem pelouros na vereação sofrerá das mesmas não direi dúvidas, mas algumas questões se levantam porque temos pouca informação. Mesmo na Assembleia vêm aqui os estatutos, sabemos que é uma entidade de direito privado mas em cuja entidade a Câmara é associada. O que muitas vezes poderíamos aqui talvez solicitar era em termos de apoio, de projetos, o que é que a ADREPES tem feito em concreto no concelho de Palmela porque há aqui atividades algumas que não pertencem ao nosso concelho.

Nos novos programas comunitários, há mais novos programas para além dos que o Sr. Presidente mencionou, ainda há bem pouco tempo recebi um convite para um seminário. Há por exemplo o HORIZONTE 2020 de inovação e investigação, o COSME competitividade para PME's, o LIFE ambiente e clima, o CREATIVE EUROPE cultura e diversidade, o ERASMUS da mobilidade, e não vou aqui enumerar outros, com programas comunitários também nacionais e acordos de parceria.

O que eu aqui faço votos, ao aprovar os estatutos, é que seja promovida junto das pequenas empresas, quer pela ADREPES, quer pela Câmara uma vez que faz parte da ADREPES, este tipo de informação às pessoas. Há muitas pequenas PME's que muitas vezes não têm conhecimento como é que podem chegar aos fundos comunitários. Nós aqui também temos essa missão em termos autárquicos de esclarecer as pessoas, quais são os custos elegíveis, a formalização da candidatura, eu não digo agora mas já fomos contactados por pessoas que apresentaram projetos há uns anos e que sofreram muito essas dificuldades de informação. É isso que eu apelo ao representante da Câmara na ADREPES que, efetivamente, essa divulgação seja melhor feita. Não estou a pôr em causa o corpo técnico da ADREPES, mas não basta fazer os estatutos embora estes estatutos ampliem aqui as competências mas, efetivamente, eu estive a ver até os órgãos que constituem a ADREPES eu vi no site da ADREPES e não sei se assim se manterá.

Tinha aqui só uma pergunta, se da parte da Câmara os dados que estão no site da ADREPES, eleição a vinte e dois de dezembro de dois mil e onze, o representante da Câmara Municipal de Palmela Paulo Cipriano, mantêm-se?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Há mais alguma questão sobre este tema, por favor? Não?

Sr. Presidente se quiser fazer o favor de responder."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza Sra. Presidente.

Começaria por esta última questão. Quem preside à ADREPES é a Câmara Municipal de Palmela. À data da eleição era outro representante, atualmente é o Dr. Paulo Cipriano, que aliás coordena o gabinete que foi criado neste mandato o Gabinete de Apoio às Empresas e Promoção do Investimento.

Naturalmente que na Atividade Municipal não faz sentido ter lá uma página sobre a ADREPES, mas procuraremos, na medida do possível, disponibilizar aos Srs. Membros da Assembleia seja através do site, seja através de outro conjunto de documentação, informação sobre a atividade.

Houve, até recentemente, uma publicação, num jornal digital que é conhecido no distrito, um artigo de opinião que refere e escalpeliza o contributo da ADREPES para o desenvolvimento da Península nestes últimos anos.

Mas, centrando-me nas questões que colocou sobre o nosso concelho, queria aqui recordar que, no âmbito do PRODER, a ADREPES conseguiu apoiar e desenvolver com os respetivos promotores quarenta e um projetos que criaram setenta postos de trabalho, um investimento de seis milhões de euros com três milhões de financiamento por parte do PRODER.

Neste momento, quando se fala muito do aumento do enoturismo, queria aqui referir que estamos aí com cerca de sete/oito projetos de adegas que estão em obras na remodelação dos seus espaços, para acolhimento de visitantes e turistas e que todos estes projetos tiveram financiamento, via ADREPES, pelo PRODER.

Referiria até dois projetos que estão em curso, e que nos são particularmente caros, no sentido de queridos, porque têm que ver com o nosso movimento associativo como a própria obra da SIM (Sociedade Instrução Musical) ou até a candidatura do Quintajense para a construção do polidesportivo, no local onde existia um pavilhão, e que aliás tem cofinanciamento municipal, foram projetos financiados via ADREPES. Há ainda outros, há IPSS que estão a tentar esse apoio.

Dizer-lhe que sobre a informação e alguns pequenos e micro empresários, nós recebemos, naturalmente, muita gente no antigo Gabinete de Apoio ao Empresário hoje Gabinete de Apoio às Empresas e Promoção do Investimento e que, obviamente, em função das suas necessidades canalizamo-los de imediato para a ADREPES se for esse o caminho para a resolução dos seus problemas.

Eu falei-lhe do PRODER mas podia referir, também, que no âmbito do LEADER + nestes últimos tempos foram cinquenta e cinco projetos com catorze postos de trabalho e dois milhões de euros sendo um milhão e quatrocentos mil financiados, uma taxa média de financiamento de setenta e cinco por cento.

No total contam-se nestes anos, de dois mil e sete a dois mil e treze, noventa e seis projetos apoiados e que de facto transfiguraram positivamente a região e em particular o nosso concelho naquilo que diz respeito a estas obras de requalificação, criação de emprego e de alguma formação, também, na área de empreendedorismo entre outros.

Haverá brevemente um maior envolvimento da comunidade, porque é esse o desafio que lançamos, até na construção da estratégia PORTUGAL 2020, do novo quadro comunitário 2014/2020, o conjunto de projetos, o próprio Município está também a fazer o seu trabalho de casa, mas a própria ADREPES irá disseminar essa informação e vai fazê-lo até na construção da sua estratégia, de uma forma participada, junto não só dos agentes económicos mas de todos os cidadãos num conjunto de sessões que hão-de percorrer toda a Península, sessões temáticas por áreas, por temas, mas naturalmente Palmela será o epicentro também dessa divulgação.

Termino com aquilo que disse no início. De facto esta alteração estatutária é uma alteração que tem subjacente uma visão de alargamento do âmbito de influência, precisamente para ir buscar o máximo de fundos num alargamento do leque das áreas, e isso é bom para o concelho e é bom para a região. É esta a fundamental motivação da alteração dos estatutos, para além de outros aspetos que já teve oportunidade de referir que ficam melhor clarificados num conjunto de alíneas.

Estou aqui a ter informação, isto a informação está sempre a chegar, que no mês de maio vamos ter uma mostra de projetos apoiados e esperamos que quem possa participar, mas também que a comunicação social possa dar eco desse trabalho.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Sras. e Srs. Membros da Assembleia não há mais nenhuma questão, presumo, sobre este tema, portanto vamos votar a última proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"E pronto terminámos a nossa Assembleia, não sem antes desejar às Sras. e Srs. Membros da Assembleia mas a todos os presentes um bom 1º. de Maio para todos. Boa noite."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e trinta e seis minutos, da qual se lavrou a presente ata, que eu **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, vinte e nove de abril de dois mil e catorze.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete